

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Exercício com acolhimento transforma vida de pessoas com autismo

Imagine entrar em uma academia onde o som parece alto demais, a luz incomoda e estímulos surgem por todos os lados. Para muitas pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), essa não é uma situação hipotética, mas, sim, a realidade que muitos enfrentam ao tentar praticar exercícios físicos.

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes graus, comunicação, linguagem, interação social e comportamento. No Brasil, cerca de 2,4 milhões de pessoas têm diagnóstico de autismo, segundo o Censo de 2022. O número ajuda a dimensionar um desafio pouco discutido: como os estabelecimentos com oferta de atividades físicas podem se preparar para recebê-las melhor.

As barreiras não são apenas sociais ou sensoriais. Pessoas autistas frequentemente apresentam condições associadas, como distúrbios do sono, alterações metabólicas e gastrointestinais e maior risco de ganho de peso.

Nesse cenário, a prática regular de atividade física é não apenas recomendada, mas, também, parte importante do cuidado com a saúde, o que torna o papel do profissional de Educação Física indispensável. Mas o sucesso dessa prática depende diretamente de como o ambiente e o atendimento são conduzidos. Espaços com excesso de estímulos e a ausência de previsibilidade podem transformar o exercício em uma experiência desafiadora, levando ao abandono da atividade.

Entender as especificidades de cada indivíduo faz parte da atuação do profissional de Educação Física. No atendimento a pessoas com espectro autista, essa atenção se torna ainda mais necessária. Cabe, portanto, ao profissional compreender o funcionamento corporal do aluno e adaptar o ambiente para que a prática seja segura, confortável e acolhedora.

Mais do que possibilitar a prática de exercícios, o atendimento adequado amplia a participação social de pessoas com TEA. Quando o ambiente é compreendido, estruturado e conduzido por profissionais preparados, o que antes era uma fonte de sobrecarga se transforma em oportunidade de desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida.

À medida que a Educação Física avança em formação e conhecimento, cresce também a capacidade de incluir de forma real. O futuro do atendimento passa menos por adaptações improvisadas e mais por preparo técnico e sensibilidade profissional.

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “O número ajuda a dimensionar um desafio pouco discutido: como os estabelecimentos com oferta de atividades físicas podem se preparar para recebê-las melhor.”, o pronome “las” exerce função anafórica, retomando o referente plural “atividades físicas”.
- 2 No período “Imagine entrar em uma academia onde o som parece alto demais, a luz incomoda e estímulos surgem por todos os lados.”, o termo “onde” está empregado em conformidade com a norma-padrão, visto que introduz uma oração subordinada adjetiva cuja referência é locativa.
- 3 A partir da construção “Espaços com excesso de estímulos e a ausência de previsibilidade podem transformar o exercício em uma experiência desafiadora, levando ao abandono da atividade.”, pode-se inferir que ambientes inadequados às necessidades sensoriais e comportamentais de pessoas com TEA constituem fator de risco para a interrupção da prática de atividades físicas por esse grupo.
- 4 Em “Cabe, portanto, ao profissional compreender o funcionamento corporal do aluno e adaptar o ambiente para que a prática seja segura, confortável e acolhedora.”, a forma verbal “seja” está no modo subjuntivo em razão da presença da conjunção subordinativa “para que”, a qual, por introduzir oração de finalidade, exige, obrigatoriamente, esse modo verbal na oração que a sucede.
- 5 No período “Quando o ambiente é compreendido, estruturado e conduzido por profissionais preparados, o que antes era uma fonte de sobrecarga se transforma em oportunidade de desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida.”, o pronome “se”, em “se transforma”, poderia ser suprimido sem prejuízo gramatical nem alteração de sentido.
- 6 No trecho “As barreiras não são apenas sociais ou sensoriais. Pessoas autistas frequentemente apresentam condições associadas, como distúrbios do sono, alterações metabólicas e gastrointestinais e maior risco de ganho de peso.”, o segundo período mantém relação de coordenação explicativa com relação ao primeiro, pois desenvolve e especifica o conteúdo da afirmação anterior, detalhando quais são as barreiras a que o texto se refere.

- 7 Na construção “Nesse cenário, a prática regular de atividade física é não apenas recomendada, mas, também, parte importante do cuidado com a saúde, o que torna o papel do profissional de Educação Física indispensável.”, o adjetivo “indispensável” exerce a função de predicativo do sujeito “o papel do profissional de Educação Física”, concordando com ele em gênero e número, razão pela qual está no masculino singular.
- 8 No fragmento “O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes graus, comunicação, linguagem, interação social e comportamento.”, todas as vírgulas foram empregadas com base na mesma regra de pontuação, ou seja, isolar elementos de mesma função sintática que compõem uma enumeração.

Texto para os itens de 9 a 16.

Obesidade: a prevenção evita complicações futuras na saúde da população

A obesidade é o excesso de gordura corporal em quantidade que prejudica a saúde. Diabetes tipo 2, hipertensão arterial, sobrecarga nas articulações, apneia obstrutiva do sono e infiltração de gordura no fígado que pode evoluir para cirrose são alguns dos problemas que o excesso de gordura pode provocar. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2024, 62,6% dos brasileiros adultos estavam com excesso de peso; e 25,7%, com obesidade.

O aumento de peso pode contribuir para ampliar o risco de doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer. “Por isso, combater a obesidade é agir também no controle e na prevenção de diversas doenças”, afirma o médico João Regis Carneiro.

“Observamos um aumento da prevalência de transtornos do comportamento alimentar em mais de 30% das pessoas que buscam ajuda para perder peso. Além disso, houve a ampliação de casos de ansiedade e depressão, condições que podem promover o aumento de peso, mas também são alimentadas pela obesidade”, destaca João Regis. O profissional evidencia que alguns fármacos para o tratamento da depressão e outras doenças relacionadas à saúde mental também podem implicar ganho de peso.

É importante salientar também que uma criança obesa tem grande probabilidade de se tornar um adulto obeso com risco de desenvolver doenças que impactarão sua qualidade e expectativa de vida. Além da genética, alguns fatores também contribuem, como a má alimentação, a falta de atividade física, o tempo excessivo em frente a telas, a má qualidade do sono, entre outros.

Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade pode levar a várias complicações e efeitos colaterais, como pancreatite e outros distúrbios. Com isso, mudar o estilo de vida é uma condição indispensável no tratamento da obesidade. O paciente é protagonista da sua história. Portanto, é sua responsabilidade assumir o tratamento e seguir uma vida com mais saúde e com acompanhamento multiprofissional.

Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 No fragmento “Observamos um aumento da prevalência de transtornos do comportamento alimentar em mais de 30% das pessoas que buscam ajuda para perder peso.”, o vocábulo “prevalência” expressa a ideia de qualidade do que se sobressai ou do que se manifesta com maior frequência e poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido do período, por **predomínio**.
- 10 No trecho “Com isso, mudar o estilo de vida é uma condição indispensável no tratamento da obesidade.”, o conectivo “Com isso” introduz uma relação de concessão entre a ideia anterior (o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade e os seus efeitos colaterais) e a conclusão de que mudar o estilo de vida é indispensável.
- 11 O período “Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade pode levar a várias complicações e efeitos colaterais, como pancreatite e outros distúrbios.” poderia ser reescrito, preservando o sentido original e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Ademais, a utilização sem critério de fármacos contra a obesidade pode acarretar diversas complicações e efeitos adversos, a exemplo de pancreatite e outros distúrbios.**
- 12 Suponha-se que um agente de fiscalização tenha elaborado um parecer técnico sobre políticas de saúde pública relacionadas à obesidade e que tenha empregado a formulação “os dados epidemiológicos indicam correlação entre excesso de peso e incremento do risco de doenças cardiovasculares e neoplasias”. Nesse caso, é correto afirmar que o agente teria adotado um registro linguístico adequado ao contexto formal do documento.
- 13 No trecho “O profissional evidencia que alguns fármacos para o tratamento da depressão e outras doenças relacionadas à saúde mental também podem implicar ganho de peso.”, o acento grave em “à saúde mental” é indevido, pois a palavra “relacionadas” rege a preposição “com”, e não a preposição “a”, o que não justificaria a ocorrência de crase nesse período.
- 14 Em “É importante salientar também que uma criança obesa tem grande probabilidade de se tornar um adulto obeso com risco de desenvolver doenças que impactarão sua qualidade e expectativa de vida.”, o trecho “de se tornar um adulto obeso” funciona como complemento nominal do substantivo “probabilidade”.
- 15 No período “Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2024, 62,6% dos brasileiros adultos estavam com excesso de peso; e 25,7%, com obesidade.”, a vírgula empregada logo após “25,7%” é dispensável, uma vez que o ponto e vírgula anterior já delimita suficientemente os dois membros da enumeração, tornando o uso da vírgula redundante e contrário à norma culta.
- 16 Conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as palavras “antiobesidade” e “cardiovasculares”, presentes no texto, estão corretamente grafadas, entretanto “multiprofissional” deveria ser grafada com hífen, por ser formada pelo prefixo “multi-”, que é seguido de uma palavra iniciada por consoante.

Em uma pesquisa interna realizada com servidores de um órgão público, verificou-se que 420 servidores participavam de, pelo menos, uma das seguintes ações institucionais: programa de capacitação; comissão de qualidade; e projeto de inovação. A partir desse contexto, sabia-se que:

- 189 servidores participavam do programa de capacitação;
- 231 servidores participavam da comissão de qualidade;
- 98 servidores participavam do projeto de inovação; e
- nenhum servidor participava simultaneamente das 3 ações.

Assim sendo, as quantidades de servidores que participavam simultaneamente de capacitação e comissão de qualidade, de capacitação e projeto de inovação, bem como de comissão de qualidade e projeto de inovação, estão, respectivamente, na razão 4:2:1.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 17** A quantidade de servidores que participavam simultaneamente da comissão de qualidade e do projeto de inovação é inferior a 10.
- 18** Mais de 60 servidores participavam exclusivamente do projeto de inovação.
- 19** A quantidade de servidores que participavam simultaneamente do programa de capacitação e do projeto de inovação é igual a 28.

Em um teste composto de questões do tipo certo ou errado, adotou-se o seguinte critério de pontuação:

- +5 pontos para cada resposta correta;
- -3 pontos para cada resposta incorreta; e
- 0 ponto para questão deixada em branco.

Nesse íterim, um candidato respondeu a 42 questões e obteve 106 pontos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 20** O número de questões que o candidato acertou foi superior a 30.
- 21** Mantida a quantidade de 42 questões respondidas, se o candidato tivesse errado o dobro da quantidade de questões que efetivamente errou, a sua pontuação seria inferior a 10 pontos.

Um Conselho Regional precisava realizar o deslocamento de um servidor entre duas unidades administrativas situadas em cidades distintas, que eram separadas por 240 km. Para esse deslocamento, poderia ser utilizado um veículo oficial abastecido, exclusivamente, com um dos seguintes combustíveis:

- gasolina, com rendimento de 12 km por litro; e
- etanol, com rendimento de 8 km por litro.

Dessa forma, sabia-se que o preço do litro da gasolina era de R\$ 6,40.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 22** O custo total do deslocamento entre as duas unidades, utilizando exclusivamente gasolina, é superior a R\$ 125 e inferior a R\$ 130.
- 23** Para que o custo total do deslocamento seja o mesmo com qualquer um dos dois combustíveis, o preço do litro do etanol deverá ser superior a R\$ 4,70.

Em um órgão público, dois servidores ingressaram, no mesmo ano, em programas distintos de capacitação. No ano A, as respectivas idades desses servidores correspondiam, numericamente, às raízes da equação do 2º grau a seguir.

$$x^2 - 36x + 315 = 0$$

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 24** No ano A, a soma das idades dos servidores era superior a 40 anos.
- 25** No ano A, o servidor mais velho tinha idade superior em mais de 35% à idade do servidor mais novo.

Em um órgão público, durante um procedimento de contingência em sistema informatizado, um servidor deveria selecionar aleatoriamente, sem reposição, um dispositivo lacrado de armazenamento, entre aqueles disponíveis para a restauração imediata de dados. Considerando-se, então, esse contexto, sabia-se que havia 10 dispositivos, dos quais:

- 1 continha a versão correta e íntegra dos dados necessários para o restabelecimento imediato do sistema;
- 7 continham versões incompatíveis, impossibilitando a continuidade do procedimento; e
- 2 continham arquivos neutros, que não permitem a restauração, mas possibilitam nova tentativa de seleção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** A probabilidade de o servidor ter uma segunda chance para selecionar o dispositivo correto é inferior a 25%.
- 27** Caso o servidor tenha uma segunda chance, a probabilidade de selecionar o dispositivo correto, na segunda tentativa, será igual a $\frac{1}{9}$.
- 28** A probabilidade de inviabilização imediata do procedimento, já na primeira tentativa, é superior a 70%.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca das noções de informática, dos aplicativos, dos sistemas operacionais, das redes de computadores e da segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29 Em planilhas eletrônicas, as fórmulas podem utilizar referências a outras células para a execução automática de cálculos.
- 30 Os sistemas operacionais móveis são responsáveis pelo gerenciamento de recursos de hardware e pela execução de aplicativos em dispositivos portáteis.
- 31 O backup incremental copia todos os arquivos existentes no sistema a cada nova execução do procedimento de backup.
- 32 Na computação em nuvem, o agrupamento de recursos permite que diferentes consumidores compartilhem infraestrutura computacional de forma dinâmica.

Com relação aos recursos computacionais, às redes de computadores, aos serviços de Internet e aos sistemas operacionais, julgue os itens seguintes.

- 33 A transmissão de dados na Internet pode envolver múltiplos enlaces de comunicação entre a origem e o destino dos pacotes.
- 34 No modelo de computação em nuvem, os recursos computacionais permanecem, obrigatoriamente, limitados à capacidade física disponível no dispositivo do usuário final.
- 35 Os navegadores web podem armazenar informações temporárias localmente para que se otimize o carregamento de páginas acessadas com frequência.
- 36 Memórias RAM são utilizadas para o armazenamento permanente de dados, mantendo-se, dessa forma, as informações intactas, mesmo após o desligamento do equipamento.

Quanto aos aplicativos de escritório, ao gerenciamento de processos, ao armazenamento em nuvem, aos serviços de correio eletrônico e à comunicação em redes de computadores, julgue os itens a seguir.

- 37 Em redes com comutação de pacotes, diferentes pacotes pertencentes à mesma comunicação podem percorrer caminhos distintos até o destino.
- 38 No Windows, o encerramento de um processo pelo sistema operacional implica, obrigatoriamente, a exclusão automática dos arquivos associados ao programa executado.
- 39 Nas planilhas eletrônicas, as referências absolutas modificam, automaticamente, as suas coordenadas de linha e de coluna durante a cópia de fórmulas.
- 40 Na computação em nuvem, os recursos computacionais podem ser disponibilizados rapidamente ao consumidor, com um esforço mínimo de gerenciamento.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando a natureza autárquica do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (CREF-11) e o seu Regimento Interno, julgue os itens a seguir.

- 41 Uma vez contratado no CREF-11, o empregado estabelecerá vínculo hierárquico com a União, que, por força da Lei nº 9.696/1998, criou CREFs e CONFEF.
- 42 O CREF-11, dirigido e organizado pelos próprios profissionais, possui vínculo administrativo com a União.
- 43 A característica autárquica do CREF-11 concede-lhe autonomia patrimonial, orçamentária e política.
- 44 Em relação às atividades nas áreas de atividades físicas, dos exercícios físicos e do desporto, o CREF-11 atua como órgão legislador.

Ao ser solicitada a identidade de um profissional de educação física, este apresentou a sua carteira de identificação profissional (CIP) – expedida pelo CREF-11 com observância ao que é estabelecido pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) na forma digital –, cuja apresentação foi negada, o que fez com que fosse solicitada a apresentação de outro documento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 45 Por ter fé pública, a CIP deve ser aceita.
- 46 A CIP é fornecida sob a forma numerada e assinada pelo presidente do CONFEF.

Quanto ao valor da inscrição e à anuidade, julgue os itens a seguir, de acordo com o Regimento Interno do CREF-11.

- 47 A inscrição realizada no CREF-11 terá a sua taxa paga diretamente ao Conselho desta jurisdição.
- 48 Os valores das anuidades serão fixados anualmente.
- 49 A partir do ano de 2026, o pagamento da anuidade ao CREF-11 será facultativo para os profissionais nascidos no ano de 1966.

Acerca da área de abrangência do CREF-11, bem como das suas competências exclusivas, julgue os itens seguintes.

- 50 É de competência do CREF-11 aprovar anualmente as suas próprias contas, as quais devem ser encaminhadas ao CONFEF até o dia 31 de maio.
- 51 Incumbe ao CREF-11 incentivar e contribuir para o aprimoramento científico e cultural dos profissionais de educação física.
- 52 Cabe ao CREF-11 receber subvenções de qualquer natureza.
- 53 Compete ao CREF-11 publicar, ao término de cada mandato, os atos exigidos por lei pertinente.

Dois profissionais de educação física, que eram recém-inscritos no Conselho e já atuantes na área, debatiam as obrigações e os limites impostos a eles, de acordo com o Código de Ética, uma vez que um deles atuava exclusivamente em ambiente virtual; e o outro, de forma presencial.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 54 O Código de Ética aplica-se integralmente para a atuação profissional presencial. Todavia, há uma seção específica para o ambiente virtual.
- 55 O registro de ambos os profissionais no Sistema CONFEF/CREFs implica a total aceitação das normas e dos princípios contidos no Código.

- 56 Caso haja concordância entre os profissionais em alterar a forma de atuação, eles poderão realizar a transferência da prestação do serviço, desde que isso seja assentido pelos beneficiários.
- 57 Os profissionais estão eximidos de observar as normas de conduta um do outro, visto que a fiscalização do exercício profissional compete exclusivamente ao Conselho.

De acordo com a Lei Federal nº 9.696/1998, que regulamenta a profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, julgue os itens seguintes.

- 58 O profissional que possui diploma em educação física que fora expedido por instituição de ensino superior estrangeira deverá cursar graduação autorizada ou reconhecida pelo Ministério da Educação para ser inscrito no quadro do Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- 59 Aos conselheiros escolhidos em eleição direta será admitida uma reeleição.
- 60 É de competência do CREF-11 publicar mensalmente a relação dos profissionais e das pessoas jurídicas registrados.
- 61 O CREF-11 poderá promover evento e auferir receita por meio dele.
- 62 Uma vez que o profissional de educação física estiver devidamente registrado no CREF-11, caberá ao CONFEF a expedição da CIP.
- 63 Será inscrito no CREF-11 o profissional que comprovar ter exercido atividades próprias dos profissionais de educação física no período de 1999 a 2003.
- 64 Impende ao profissional de educação física prestar serviço de auditoria na área de atividade física e do desporto.

Com base no Código de Ética, julgue os itens a seguir.

- 65 Mesmo sem ter estado sob orientação, o profissional de educação física que estiver, devidamente, registrado no Conselho deverá assinar relatórios elaborados por seu superior imediato.
- 66 Não é permitido ao profissional de educação física, em segredo ou publicamente, afirmar a um profissional de educação física ingressante na profissão que este seja menos competente e capacitado para atuar na área do que outro profissional mais experiente.
- 67 Caso seja confiada ao profissional de educação física uma informação sigilosa em sua área de atuação, a sua divulgação será proibida, salvo em situações de exclusivas exceções.
- 68 Suponha-se que um profissional de educação física esteja ciente da ocorrência de uma transgressão do Código de Ética e que ele se tenha mantido omisso frente à situação, não a denunciando ao CREF-11. Nesse caso, é correto afirmar que a referida omissão incide em infração ética do profissional.
- 69 Suponha-se que uma pessoa atue como *personal trainer* sem ter se registrado no Sistema CONFEF/CREFs. Nesse caso, é correto afirmar que o profissional está isento de infração, uma vez que ele possui formação superior completa (bacharelado) em educação física e experiência comprovada na área.
- 70 É dever do profissional de educação física declarar publicamente os motivos de renunciar as suas funções, tão logo se verifique falta de confiança por parte do beneficiário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação às normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à Administração Pública, às contratações públicas, ao planejamento governamental e ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 71** Suponha-se que, no âmbito da elaboração de proposta de reorganização da Administração Pública Federal, uma equipe técnica de um ministério tenha debatido qual instrumento normativo seria necessário para constituir uma nova autarquia federal destinada à regulação de determinada atividade econômica. Assim sendo, uma das manifestações técnicas concluiu que o regime constitucional aplicável às autarquias era idêntico ao das empresas públicas e das sociedades de economia mista, ou seja, a lei específica apenas autorizava a instituição da entidade, cabendo ao Poder Executivo constituí-la posteriormente por ato próprio. Nesse caso, é correto afirmar que a conclusão está em conformidade com o art. 37, XIX, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), uma vez que a norma exige, para as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, uma lei específica apenas como autorização para a respectiva instituição.
- 72** Suponha-se que uma autarquia federal tenha pretendido contratar uma obra de engenharia em regime de contratação semi-integrada. Dessa forma, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a equipe responsável pela fase preparatória concluiu que o edital deveria, obrigatoriamente, contemplar a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, com a listagem dos possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato capazes de impactar o equilíbrio econômico-financeiro contratual, a atribuição de responsabilidade a cada parte por esses eventos e os mecanismos destinados a afastar a ocorrência do sinistro ou mitigar os seus efeitos, caso este ocorra durante a execução contratual. Assim sendo, a equipe concluiu que essa cláusula contratual caracterizava o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Nesse caso, portanto, é correto afirmar que a conclusão da equipe está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 73** Suponha-se que uma cooperativa de consumo, com receita bruta anual de R\$ 1.200.000, tenha sido vedada de optar pelo Simples Nacional. Nesse caso, é correto afirmar que a proibição procede, pois a Lei Complementar nº 123/2006 não permite o ingresso de qualquer tipo de cooperativa, inclusive as de consumo, no referido regime tributário simplificado.
- 74** A Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, embora tenha sido editada formalmente como lei complementar antes da CF/1988, foi recepcionada pela ordem constitucional vigente com status de lei ordinária, podendo disciplinar essa matéria nos termos do art. 163 da CF/1988.
- 75** Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e com as normas da própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim sendo, o referido projeto: deverá conter, em anexo, o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e com as metas constantes do anexo de metas fiscais; deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado dos efeitos de renúncias de receita e de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; bem como deverá conter reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- 76** De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo acompanhará a lei de orçamento, juntamente com os quadros demonstrativos da receita e com os planos de aplicação dos fundos especiais.
- 77** No aspecto político, a distribuição dos recursos e dos gastos públicos reflete a plataforma política do grupo político em exercício, como se percebe na maior alocação da intervenção estatal na economia, em um viés desenvolvimentista, ou na ênfase em privatizações, em um governo de matiz mais liberal. Ademais, nessa vertente, vislumbra-se a ocorrência de um controle de gastos do Poder Executivo, por parte do Poder Legislativo, mediante a lei orçamentária.
- 78** O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo e de organização das atividades governamentais, com vigência quadrienal, destinado a estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital, para outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada.
- 79** Na elaboração integrada das leis orçamentárias: o PPA pode estabelecer, de forma regionalizada, a meta plurianual de construção de 100 mil unidades habitacionais no âmbito de programa governamental; a lei de diretrizes orçamentárias pode selecionar, para determinado exercício, a meta e a prioridade de construção de 10 mil dessas unidades; e a lei orçamentária anual pode consignar os recursos orçamentários necessários à execução dessa meta anual, desde que ela seja compatível com o PPA e orientada pela LDO.
- 80** No âmbito federal, o projeto de lei orçamentária anual deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e deve ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- 81** A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social. O orçamento da seguridade social abrange as entidades e os órgãos vinculados à saúde, à previdência social e à assistência social. Já as empresas estatais dependentes, assim entendidas como aquelas que recebem recursos do ente controlador nas hipóteses previstas na LRF, integram o orçamento fiscal ou o orçamento da seguridade social, conforme a sua área de atuação, e não o orçamento de investimento.
- 82** O princípio da não afetação da receita de impostos possui caráter absoluto no ordenamento jurídico brasileiro, sendo vedada, em qualquer hipótese, a vinculação do produto da arrecadação de impostos a algum órgão, a algum fundo ou a alguma despesa específica.
- 83** A transparência orçamentária decorre do princípio constitucional da publicidade e permite o acompanhamento social, interno e externo da execução do orçamento público, sendo concretizada por instrumentos como: a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária pelo Poder Executivo, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre; a disponibilização das contas municipais para exame dos contribuintes; e a divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, de dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes federativos.

No que concerne à execução orçamentária, à receita e à despesa pública, aos regimes contábeis, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens seguintes.

- 84** Suponha-se que uma fundação pública federal da área de saúde tenha mantido uma oficina de produção de órteses e dispositivos de tecnologia assistiva. Assim sendo, no exercício de 2025, a entidade registrou R\$ 210.000 provenientes da produção desses produtos e R\$ 390.000 provenientes de sua comercialização. Nesse caso, é correto afirmar que os R\$ 210.000 provenientes da produção classificam-se como receita corrente-industrial, ao passo que os R\$ 390.000 obtidos com a comercialização não integram essa mesma categoria.
- 85** Na classificação da receita orçamentária por natureza, o terceiro dígito identifica a espécie da receita. Assim, no código 1.1.2.0.00.0.0, o primeiro dígito indica a categoria econômica, o segundo indica a origem e o terceiro dígito, representado pelo número 2, indica a espécie da receita.
- 86** Suponha-se que, durante a execução da LOA, um ente público tenha verificado que as receitas correntes realizadas superaram as despesas correntes executadas. Diante disso, o órgão pretendeu incluir essa diferença no projeto de lei orçamentária anual do exercício subsequente como receita orçamentária corrente. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento está em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, pois o superávit do orçamento corrente constitui-se como um item próprio da receita orçamentária.
- 87** Nos termos da Lei nº 4.320/1964, classificam-se como receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, as transferências correntes e outras receitas destinadas, em regra, ao financiamento das despesas correntes da Administração Pública.
- 88** Nos termos da Lei nº 4.320/1964, classificam-se como despesas de capital os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital, categoria que abrange hipóteses como: dotações destinadas à realização de obras públicas, à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; e à transferência de recursos para investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida pública.
- 89** Os estágios da receita pública compreendem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. A arrecadação corresponde à transferência dos valores recebidos pelos agentes arrecadadores à conta do Tesouro, enquanto o recolhimento ocorre no momento em que o contribuinte ou devedor efetua o pagamento ao agente arrecadador.
- 90** No lançamento por declaração, o lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, que presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensáveis à sua efetivação. Diferentemente disso, no lançamento por homologação, o sujeito passivo antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, ficando a atividade sujeita à posterior homologação.
- 91** Na despesa pública, a fixação, a descentralização de créditos, a programação orçamentária e financeira e a licitação, quando exigível, integram o planejamento da despesa, antecedendo os estágios de sua execução. Já na fase de execução, a despesa deve observar, em regra, a sequência empenho, liquidação e pagamento, de modo que não haja liquidação sem prévio empenho nem pagamento sem regular liquidação. Por fim, no caso de contrato de prestação continuada, com valor total previamente conhecido e pagamentos parcelados ao longo do exercício, o empenho global é a modalidade adequada, pois permite reservar o montante total da obrigação para a execução em parcelas.
- 92** Os restos a pagar com prescrição interrompida, por não possuírem reserva orçamentária válida do exercício anterior, classificam-se como despesas extraordinárias, devendo ser pagos à margem do orçamento vigente.
- 93** Conforme o MCASP (11ª edição), a contabilidade aplicada ao setor público deve permitir a análise das demonstrações contábeis sob os enfoques orçamentário e patrimonial. Assim, o reconhecimento da receita sob o enfoque orçamentário não se confunde, necessariamente, com o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa sob o enfoque patrimonial.
- 94** Por constituir o plano nacional de contas utilizado na contabilidade aplicada ao setor público, o PCASP substitui as classificações orçamentárias da receita e da despesa na execução da lei orçamentária anual. Assim, no registro da execução orçamentária, basta identificar a conta contábil correspondente no PCASP, sendo dispensável a utilização das classificações próprias do orçamento.
- 95** Na contabilidade aplicada ao setor público, o regime orçamentário previsto na Lei nº 4.320/1964 não afasta a aplicação do regime de competência sob o enfoque patrimonial. Assim, uma receita prevista em um determinado exercício, mas arrecadada apenas no exercício seguinte, pertence, para fins orçamentários, ao exercício da arrecadação, ao passo que uma despesa legalmente empenhada em um determinado exercício pertence, para fins orçamentários, a esse mesmo exercício, ainda que o seu pagamento ocorra posteriormente.
- 96** A demonstração das variações patrimoniais tem por finalidade evidenciar exclusivamente o resultado da execução orçamentária do exercício, confrontando as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, razão pela qual não registra as variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas independentes da execução do orçamento.

Acerca da contabilidade geral, do patrimônio, dos registros contábeis, das operações com mercadorias, das demonstrações contábeis e dos objetivos da análise das demonstrações financeiras, julgue os itens a seguir.

- 97** O objeto da contabilidade é a apuração do resultado econômico das entidades, razão pela qual a sua atuação se restringe ao registro das variações quantitativas do patrimônio, ou seja, aquelas que alteram o valor líquido do conjunto de bens, direitos e obrigações.
- 98** A aquisição de mercadorias a prazo e o posterior pagamento ao fornecedor constituem, respectivamente, fato permutativo e fato modificativo diminutivo, pois o pagamento extingue uma obrigação mediante a saída de caixa, o que reduzirá o patrimônio líquido da entidade.

- 99 O pagamento de uma obrigação registrada anteriormente no passivo, como a quitação de uma duplicata de fornecedor já reconhecida pela entidade, constitui-se como um fato permutativo, pois reduz, simultaneamente, o ativo e o passivo, sem gerar uma nova variação patrimonial nem alterar o patrimônio líquido.
- 100 Ao registrar a compra de mercadorias parte à vista e parte a prazo, a entidade poderá debitar a conta Estoques e creditar, simultaneamente, as contas Caixa e Fornecedores. Esse lançamento, embora envolva uma conta debitada e duas contas creditadas, viola o método das partidas dobradas, pois esse método exige correspondência entre a quantidade de contas debitadas e creditadas.
- 101 Suponha-se que uma entidade tenha realizado a venda de mercadorias a prazo em dezembro e, no mesmo mês, tenha incorrido em despesa de energia elétrica cujo pagamento ocorrerá apenas em janeiro do exercício seguinte. Nesse caso, é correto afirmar que tanto a receita da venda quanto a despesa de energia devem ser reconhecidas em dezembro, quando tiver ocorrido o fato gerador, independentemente do recebimento ou do pagamento em caixa.
- 102 Suponha-se que, ao revisar o plano de contas de uma entidade, a equipe contábil tenha decidido excluir as contas de receitas, custos e despesas do elenco de contas, sob o argumento de que tais contas eram transitórias, encerradas ao final do exercício, e serviam apenas para a elaboração da demonstração do resultado do exercício. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento foi adequado, pois o plano de contas deveria conter somente contas patrimoniais, cujos saldos seriam transferidos para o exercício seguinte.
- 103 A utilidade da informação contábil depende da combinação entre a relevância e a representação fidedigna, de modo que a representação fidedigna de fenômeno irrelevante não é útil para a tomada de decisão, assim como a representação não fidedigna de fenômeno relevante também compromete a utilidade da informação.
- 104 O estorno de um lançamento contábil equivocado é realizado mediante a repetição do lançamento original, com os mesmos débitos e créditos, a fim de anular os efeitos do registro incorreto e de restabelecer a situação patrimonial anterior.
- 105 Suponha-se que uma sociedade empresária tenha iniciado o mês de julho com 18 unidades de determinada mercadoria em estoque, ao custo unitário de R\$ 150. Nesse ínterim: em 4/7, vendeu 8 unidades por R\$ 2.000; em 12/7, adquiriu mais 10 unidades ao custo total de R\$ 1.800; e em 22/7, realizou uma nova venda de 12 unidades por R\$ 3.300. Nesse caso, é correto afirmar que, considerando-se que a entidade utilizava o método PEPS para o controle de estoques, o custo das mercadorias vendidas no mês corresponderia a R\$ 3.060; e o saldo final do estoque, a R\$ 1.440.
- 106 Suponha-se que, ao elaborar o balanço patrimonial, uma companhia que tenha readquirido ações de sua própria emissão para posterior alienação classificou essas ações em tesouraria no ativo circulante, sob o argumento de que havia intenção de revendê-las no curto prazo e que, por representarem recurso econômico controlado pela entidade capaz de gerar entrada futura de caixa, atendiam à definição de ativo. Nesse caso, é correto afirmar que o referido procedimento foi adequado.

Considerem-se as tabelas a seguir.

Balanco Patrimonial		
Conta	31-12-X1	31-12-X2
Ativo		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa	R\$ 120	R\$ 80
Contas a receber	R\$ 13	R\$ 80
Estoques	R\$ 90	R\$ 70
Despesas pagas antecipadamente	R\$ 8	R\$ 10
Total do Ativo Circulante	R\$ 231	R\$ 240
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Terreno	R\$ 90	R\$ 195
Equipamentos	—	R\$ 130
Depreciação acumulada	—	(R\$ 26)
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 90	R\$ 299
Total do Ativo	R\$ 321	R\$ 539
Passivo e Patrimônio Líquido		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedor	R\$ 76	R\$ 40
Despesas provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 28	R\$ 32
Imposto de Renda a pagar	—	R\$ 8
Total do Passivo Circulante	R\$ 104	R\$ 80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos (LP)	—	R\$ 40
Total do Passivo Não Circulante	-	R\$ 40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ações ordinárias	R\$ 162	R\$ 343
Lucros acumulados	R\$ 55	R\$ 76
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 217	R\$ 419
Total do Passivo e PL	R\$ 321	R\$ 539

Demonstração do Resultado do Exercício	
Descrição	Exercício X2
RECEITA	
Receita de Vendas	R\$ 1.008
CUSTO	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	(R\$ 720)
LUCRO BRUTO	R\$ 288
DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)	(R\$ 196)
(-) Despesas de Depreciação	(R\$ 26)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	R\$ 66
IMPOSTO DE RENDA	
(-) Despesa de Imposto de Renda	(R\$ 45)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 21

Com base nas demonstrações contábeis apresentadas, elaboradas pelo departamento contábil de uma sociedade empresária atuante no segmento comercial, para fins de análise e apuração contábil, julgue os itens seguintes.

- 107 A partir das informações apresentadas, em relação à demonstração dos fluxos de caixa (DFC) dessa empresa, que foi apurada em 31-12-20X2, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, apurado pelo método indireto, corresponde ao caixa consumido de R\$ 46.
- 108 Considerando os saldos de 31-12-X2, o índice de liquidez corrente da sociedade empresária é igual a 3, indicando que, para cada R\$ 1 de obrigação de curto prazo, a entidade dispõe de R\$ 3 em ativos circulantes.

- 109** Em relação aos saldos de 31-12-X2, o capital circulante líquido da sociedade empresária é positivo e corresponde a R\$ 160, evidenciando-se, assim, que os ativos circulantes superam as obrigações de curto prazo.
- 110** De acordo com o balanço patrimonial apresentado, a análise vertical permite concluir que a entidade alterou a composição de seus ativos de X1 para X2, isto é, embora o ativo circulante tenha aumentado em valor absoluto, a sua representatividade no total do ativo diminuiu, enquanto o ativo não circulante passou a concentrar a maior parcela dos recursos aplicados pela entidade.
- 111** Em 31-12-X2, dois terços do capital de terceiros da sociedade empresária estão concentrados no passivo circulante. Assim, é correto afirmar que essa estrutura de endividamento é considerada menos arriscada do que uma configuração cuja maior parte das obrigações está no passivo não circulante, pois ela indica que a entidade quita as suas dívidas mais rapidamente.
- 112** No que diz respeito às demonstrações contábeis apresentadas, o aumento da liquidez corrente entre X1 e X2 não permite, isoladamente, concluir pela melhora global da situação econômico-financeira da entidade, pois um relatório voltado à tomada de decisão deve considerar, de forma integrada, outros elementos relevantes, como o fluxo de caixa operacional, a composição do endividamento e a estrutura dos ativos no período.

Acerca dos pronunciamentos contábeis aplicáveis, da auditoria, da legislação tributária e das obrigações fiscais, bem como da conciliação contábil, da folha de pagamento e da ética no setor público, julgue os itens a seguir.

- 113** Suponha-se que uma sociedade empresária tenha respondido a um processo judicial decorrente de evento passado. Assim sendo, os assessores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível e estimaram o valor da obrigação com confiabilidade. Nesse caso, é correto afirmar que a entidade deverá reconhecer provisão no passivo, pois há a obrigação presente decorrente de evento passado, e o valor da obrigação admite estimativa confiável.
- 114** Suponha-se que, durante o planejamento de um trabalho de auditoria, o auditor tenha identificado deficiências relevantes nos controles internos relacionados à autorização de compras e ao registro de fornecedores, avaliando como elevado o risco de controle nessa área. Nesse caso, é correto afirmar que, em razão dessa avaliação, decidiu-se aumentar o tamanho da amostra e ampliar os testes substantivos aplicados às transações e aos saldos correspondentes, sob o entendimento de que essa ampliação reduziria o risco de controle identificado.
- 115** Suponha-se que uma autarquia federal de fiscalização profissional tenha utilizado um imóvel próprio como sede administrativa para o exercício de suas atividades institucionais de registro, orientação e fiscalização da profissão regulamentada. Nesse caso, é correto afirmar que a existência de receitas próprias decorrentes de sua atuação institucional não afasta a imunidade recíproca prevista na CF/1988, sendo vedada, então, a instituição de impostos sobre o imóvel vinculado às suas finalidades essenciais.
- 116** Suponha-se que uma autarquia federal tenha dispensado a retenção do imposto de renda retido na fonte (IRRF) no pagamento a uma empresa prestadora de serviços de assessoria jurídica, não optante pelo Simples Nacional e sem hipótese legal de dispensa de retenção, sob o argumento de que a própria autarquia gozava de imunidade tributária constitucional sobre a renda. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento estará em conformidade com a legislação tributária vigente.
- 117** A escrituração fiscal digital de retenção e outras informações fiscais (EFD-Reinf) são o instrumento adequado para a declaração das contribuições previdenciárias descontadas dos empregados e das contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamento da entidade, por ser um módulo integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) destinado à prestação de informações previdenciárias.
- 118** Suponha-se que, ao elaborar a conciliação bancária mensal, um analista contábil tenha identificado três divergências entre o extrato bancário e a escrituração contábil: rendimentos de aplicação financeira creditados pelo banco na conta-corrente e ainda não contabilizados pela entidade; encargos financeiros debitados no extrato e não registrados na contabilidade; e tarifa de manutenção de conta debitada pelo banco e não reconhecida contabilmente. Nesse caso, é correto afirmar que o relatório de conciliação deverá indicar ajuste contábil para as três divergências identificadas.
- 119** Suponha-se que, ao elaborar o fechamento contábil mensal, uma sociedade empresária tenha reconhecido apenas os salários vencidos no período, deixando de registrar a parcela proporcional de férias e de 13º salário dos empregados, sob o argumento de que esses valores somente seriam exigíveis em momento futuro. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento é adequado, pois as provisões trabalhistas devem ser reconhecidas apenas quando ocorrer o pagamento ou quando houver a rescisão contratual.
- 120** Suponha-se que, no exercício de suas atribuições, o agente público tenha orientado a sua conduta não apenas pelo cumprimento formal da lei, mas também pelos princípios da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da eficiência e da finalidade pública. Nesse caso, é correto afirmar que, ainda que esse ato não tenha configurado uma infração legal expressa, ele poderá ser considerado incompatível com a ética na função pública se favorecer interesse privado, se comprometer a confiança na Administração ou se afastar-se do interesse coletivo.